



**PARECER PROFERIDO EM PLENÁRIO A EMENDA DO SENADO FEDERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 1422, DE 13 DE MARÇO DE 2019**

Ementa

Institui o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos, altera dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e dá outras providências.

Nova Ementa da Redação

NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.

Autor: Felipe Rigoni – PSB/ES e outros.

Relator: Paulo Ganime – NOVO/RJ.

I – RELATÓRIO

O PL 1422/2019, altera as Leis nos 7.116, de 29 de agosto de 1983, 9.454, de 7 de abril de 1997, 13.444, de 11 de maio de 2017, e 13.460, de 26 de junho de 2017, para adotar número único para os documentos que especifica e instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O projeto fora aprovado no Plenário desta Câmara dos Deputados no dia 22/12/2020 com parecer que rejeita a emenda apresentada em Plenário e aprova a redação do substitutivo adotado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP.

Após tramitação no Senado Federal, retornou com emenda supressiva:

“Emenda única (Corresponde às Emendas nºs 1 e 2 – Plen)
Suprima-se o § 3º do art. 10-A, acrescido à Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, pelo art. 5º do Projeto.”

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Reconhecemos o bom trabalho desempenhado na tramitação do projeto no Senado Federal e concordamos com a alteração promovida pela Casa Revisora.

Ante o exposto:

I. pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público somos pela APROVAÇÃO da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1422, de 2019;

II. pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania somos pela constitucionalidade, pela jurisdição e pela técnica legislativa da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1422, de 2019, **com emenda**.

Sala das Sessões, em 21 de dezembro de 2022.

Deputado Paulo Ganime

NOVO/RJ

